

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.507 - RJ (2018/0343947-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : **UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A**  
**ADVOGADOS** : **ILAN GOLDBERG - RJ100643**  
                  **EDUARDO CHALFIN - RJ053588**  
                  **BÁRBARA CAVALIERI MATHIAS - RJ149151**  
                  **SUELLEN RODRIGUES MORAIS E OUTRO(S) - RJ202424**  
**AGRAVADO** : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORE** : **SERGIO ESPINOLA CATRAMBY E OUTRO(S) - RJ098128**  
**S**  
**GABRIEL PACHECO AVILA - RJ135850**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A em face de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 149):

APELAÇÃO CÍVEL. Embargos à Execução Fiscal. Multa PROCON. Sentença de improcedência. Manutenção. Os municípios possuem competência concorrente para legislar sobre assuntos de interesse local, tais como medidas que propiciem segurança, conforto e rapidez aos usuários de serviços bancários. Multa aplicada que atende aos princípios da proporcionalidade de razoabilidade tendo em conta o potencial risco de dando coletivo ao consumidor dos serviços prestados pelo banco apelante em decorrência da infração à legislação consumerista, bem como o porte econômico do infrator e, ainda, a necessidade de se coibir a continuidade do comportamento ilícito. Recurso a que se nega provimento.

Opostos embargos de declaração, negaram provimento.

Nas razões do recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, o recorrente aponta violação aos arts. 489, § 1º, IV e V e 1.022, I, II e § 2º, do CPC/2015, 84, do Código Civil e 57 do CDC, sob o argumento de que o Tribunal de origem não se manifestou sobre questões suscitadas nos aclaratórios e que a gravidade da infração também é um dos elementos a serem considerados na fixação da pena de multa imposta administrativamente sob pena de gerar enriquecimento indevido à parte.

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que não houve a alegada violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 porquanto não se deve confundir negativa de prestação jurisdicional com decisão contrária à pretensão do recorrente, como

se deu nos autos, bem como incide o óbice da Súmula 7/STJ quanto à pretensão de rever o valor da multa aplicada, uma vez que o acórdão recorrido concluiu que esta foi fixada observados os parâmetros de razoabilidade e da proporcionalidade.

Nas razões de agravo, postula o processamento do recurso especial, haja vista ter cumprido todos os requisitos necessários à sua admissão.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Da leitura da decisão de inadmissibilidade observa-se que o Tribunal de origem, ao indeferir o processamento do recurso especial, concluiu que não houve a suposta ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015 e que a alteração do entendimento quanto ao valor da multa implicaria reexame de provas, inviável nos termos da Súmula 7/STJ.

Contudo, do exame do agravo interposto, observa-se que o agravante furtou-se de impugnar especificamente o primeiro fundamento - inexistência de violação ao artigo 1.022 do CPC/2015 pela conclusão de que não se deve confundir negativa de prestação jurisdicional com mera irresignação às conclusões do julgado em desfavor do recorrente, limitando-se a impugnar somente o óbice da Súmula 7/STJ.

Assim, o agravo em recurso especial carece de fundamentação, e não se conhecerá do agravo que não tenha atacado especificamente todos fundamentos da decisão de inadmissibilidade.

A jurisprudência do STJ é assente no sentido de que impugnação à fundamentação contida na decisão agravada deve ser específica e suficientemente fundamentada e atacar todos os pontos do *decisum*.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Razões de agravo interno que não impugnem especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III c/c art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1631706/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 29/05/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

**APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.**

1. Quando as razões do agravo interno deixam de infirmar especificadamente os fundamentos da decisão agravada, em desrespeito ao princípio da dialeticidade recursal, inspirador do preceito contido no art. 1.021, § 1º do NCPC, tem lugar a aplicação do enunciado da Súmula n. 182 do STJ.

2. Considerando a manifesta inadmissibilidade das razões suscitadas no presente recurso, o que evidencia o nítido intuito protelatório do recorrente, tem incidência, na hipótese, a multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015.

3. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa de 3% sobre o valor atualizado da causa.

(AgInt no AREsp 1013464/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 26/05/2017)

Ademais, é dever do agravante demonstrar o desacerto do magistrado ao fundamentar a decisão impugnada, atacando especificamente e em sua totalidade o seu conteúdo, o que não ocorreu na espécie, uma vez que as razões apresentadas contra a decisão de inadmissibilidade não impugnou todos os fundamentos.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator